



DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 361/2023 E SUAS ALTERAÇÕES PARA:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA E AMBIENTAL DA EXECUÇÃO DA OBRA DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E PROLONGAMENTO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ, INCLUINDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Assinado eletronicamente por:
Roberto Melentino Ferreira
CPF: *** 518.419-**
Data: 02/04/2024 07:02:05 -03:00



ROBERTO M. FERREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2024

DATA DE ABERTURA: **29/05/2024**

ENTREGA DOS DOCUMENTOS PELO SITE ATÉ DIA **29/05/2024 ÀS 13:30 HORAS**

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: **14:00 HORAS DO DIA 29/05/2024** (Horário de Brasília).

LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC <https://bnc.org.br/>

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, RUA JOÃO EMÍLIO, 100 – CENTRO – SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, CEP 88.370-446, telefone: (47) 3342-9500.

Regência: Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 361/2023.

Secretaria solicitante: Secretaria Municipal de Obras

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que às 14:00 horas do dia 29/05/2024, no Departamento de Licitações da PREFEITURA DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES, serão abertas às propostas referentes a esta Concorrência Eletrônica, e será realizado em ato contínuo o credenciamento, do tipo TÉCNICA E PREÇO, de conformidade com as seguintes condições:

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Justifica-se a necessidade de realizar CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA MODO DE DISPUTA FECHADO, em face das peculiaridades da contratação, decorrentes da necessidade de serem realizadas gestões imediatas e a oportunidade do contato direto entre administração e fornecedor, trata-se o objeto desta, de bem de uso comum.

A Concorrência será na forma eletrônica, e a sessão pública acontecerá por meio do sistema de licitações Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA E AMBIENTAL DA EXECUÇÃO DA OBRA DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E PROLONGAMENTO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ, INCLUINDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.**

1.1. A licitação e seu objeto obedecerão ao disposto na tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO E TÉCNICA**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Modelo de Execução: A execução se dará por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, com os itens descritos conforme Termo de Referência - ANEXO I

1.4. Valor referencial: **R\$ 2.999.505,01 (Dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinco reais e um centavo).**

1.5. Local: os serviços serão realizados NO MOLHE E NA PRAIA DO GRAVATÁ DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

1.6. Os serviços a serem contratados deverão atender às descrições solicitadas, além de ser executada com segurança através do uso de Equipamentos de Segurança Individuais e Coletivos que se fizerem necessários durante a execução do objeto, bem como o atendimento às Normas Técnicas vigentes para os serviços prestados.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar desta Concorrência Eletrônica as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.





2.2. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.3. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação na concorrência, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras, no ANEXO VIII;
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras, no ANEXO VIII e;
- c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do agente de contratação no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante.

2.4. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme o ANEXO VIII.

2.5. A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO II, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC 123/2006.





2.6. As disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou seja, o tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte e microempresas, não se aplicam:

2.6.1 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

2.6.2 no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, com auxílio de sua equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS





4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.3 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br .

4.2. A participação do licitante na concorrência eletrônica se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do operador na concorrência eletrônica, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer concorrência eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.

4.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através: do site <https://bnc.org.br/>, do telefone (42) 3026-4550 – Ponta Grossa/PR, ou pelo e-mail contato@bnc.org.br

4.8. A participação na Concorrência, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da





proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido no preâmbulo deste edital.

4.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderá participar da presente concorrência eletrônica, a empresa que atender a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site <https://bnc.org.br/>

5.1.1. Participantes: Poderão participar do certame todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

5.1.2. Consórcios: Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.2.1. O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser apresentado na fase e incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;





- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência da Prefeitura de Municipal de Navegantes até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem 5.1.3.1.

5.1.2.2. É vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente, nos termos do artigo 15, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.1.2.3. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

5.1.2.4. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital.

5.2. SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PARA AS SOCIEDADES COOPERATIVAS MENCIONADAS NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007, PARA O AGRICULTOR FAMILIAR, O PRODUTOR RURAL





PESSOA FÍSICA E PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, NOS LIMITES PREVISTOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.

5.3. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

5.3.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.3.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.3.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.3.4. Será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições





análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.3.8. O participante que não cumprir com as regras estabelecidas neste edital.

5.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 5.2.1 e 5.2.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.6. O disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas**, quando, então, **encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação**.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





6.5. Até às 13:30 horas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do agente de contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca (quando for o caso);
- c) Fabricante;(quando for o caso)
- d) Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada, conforme anexo VI.
- e) Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- f) **Os preços ofertados na proposta, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**
- g) **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- h) O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.





7.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, qualquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais as que contiverem preços vis ou excessivamente impraticáveis, face aos preços correntes no mercado.

7.6. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela administração (artigo 59 da Lei nº 14.133/2021).

7.6.1. Nos casos em que as propostas ultrapassarem o limite acima, ou seja, tenham um desconto igual ou superior a 25% do valor orçado pela administração, o(a) agente de contratação poderá solicitar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no artigo 59, §2º da Lei nº 14.133/2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Na fase da análise de proposta o licitante deverá cadastrar a sua proposta técnica e de preço em conformidade os requisitos estabelecidos no termo de referência, Anexo I.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.





8.7. A comissão técnica nomeada através da Portaria nº1445 irá analisar a documentação referente aos itens 18 E 24 do termo de Referência, Anexo I deste edital. Essas documentações deverão ser anexadas juntamente com a documentação da proposta.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado na Concorrência eletrônica o modo de disputa “**fechado**”, conforme art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Após a classificação das propostas será analisada os documentos de habilitação do detentor da melhor proposta.

9.4. O Critério de julgamento adotado será **TÉCNICA E PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.5. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada o julgamento das propostas, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.6. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.7. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.8. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima





da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.10. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.11. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.12. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.13. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais.

10. EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)

10.1. Após a classificação das propostas, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2. O empate será aferido levando em consideração o resultado da ponderação entre técnica e preço, sendo facultada à microempresa, empresa de pequeno porte, ou microempreendedor individual melhor classificado, a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, no prazo de 5 (cinco) minutos, desde que o preço apresentado se encontre no intervalo de até 5% (dez por cento) superior ao menor preço da empresa melhor classificada.

10.3. Porém, optando a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual por apresenta nova proposta de preços, as





pontuações deverão ser recalculadas, estabelecendo nova ordem de classificação geral para a licitação.

10.4 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação, auxiliado da equipe de apoio, examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

11.2. Será desclassificada a proponente que:

- a) Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021).
- d) Não tiverem a exequibilidade da proposta demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3. Caso entenda necessário, o agente de contratação ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de aferição de exequibilidade das propostas. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o agente de contratação ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

- a) Da apresentação de planilha de custos; ou
- b) Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

11.4. A diligência servirá como subsídio para decisão do agente de contratação ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.





12. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO

12.1 A proposta técnica deverá ser apresentada contendo a qualificação técnica da licitante (QTL) e qualificação técnica da equipe (QTE).

12.2 A qualificação técnica da licitante (QTL) será avaliada atribuindo-se pontuação máxima de 100 (cem) pontos à licitante, conforme tabelas abaixo e com as seguintes regras:

12.2.1 A empresa deverá apresentar os atestados/certificados para os itens solicitados, devendo ser precedidos de quadro resumo contendo a relação dos atestados/certidões.

12.2.2 Os atestados comprobatórios deverão estar devidamente registrados no Conselho de Classe competente e acompanhados das respectivas certidões de acervo técnico.

Item	Discriminação	Pontuação	
		Por atestado	Máxima
1	Supervisão da execução de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo dragagem e/ou aterro hidráulico	10,0	20,0
2	Supervisão ambiental e/ou gestão Ambiental, de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo a execução de Programas Ambientais em atendimento a condicionantes de Licenciamento Ambiental	10,0	20,0
3	Supervisão da execução de obras marítimas ou fluviais, de dragagem e/ou aterro hidráulico	10,0	40,0
4	Supervisão da execução de obras marítimas ou fluviais, contendo estrutura hidráulica do tipo molhe	10,0	10,0
5	Execução de levantamento batimétrico marítimo ou fluvial	4,0	8,0

12.3 Em face do detalhamento dos serviços constantes do Termo de Referência, a exigência das Certificações ISO 9001 e 14001 ampara uma contratação de qualidade quanto aos resultados esperados, além de possibilitar uma gestão eficaz dos riscos ambientais atrelados ao seu escopo, em nada afetando a competitividade, tendo em vista que o fator de pontuação a esse critério estabelecido representa um mínimo de valoração da proposta técnica, indo ao





encontro do que é permitido pelos órgãos de controle e legislação pertinente a essa temática.

Item	Discriminação	Pontuação	
		Por atestado	Máxima
1	Apresentação de Certificado ISO 9001 e ISSO 14001	1,0	2,0

12.4 A qualificação técnica da equipe (QTE) será avaliada atribuindo-se pontuação máxima de 100 (cem) pontos, conforme tabela abaixo, cujas documentações comprobatórias para atendimento às exigências e pontuações estabelecidas deverão ser:

12.4.1 Serão avaliados os profissionais designados para as funções de Coordenador, Engenheiro Residente, Coordenador Ambiental e Biólogo.

12.4.2 A empresa deverá apresentar os atestados/certificados para os itens solicitados, devendo ser precedidos de quadro resumo contendo a relação dos atestados/certidões).

12.4.3 Os atestados comprobatórios deverão estar devidamente registrados no Conselho de Classe competente e acompanhados das respectivas Certidões de acervo técnico – CAT.

12.4.4 O diploma de graduação apresentado poderá ser validado pela certidão de registro no CREA ou outro Conselho de Classe competente, onde conste as titulações do profissional.

12.4.5 Para o engenheiro coordenador seguirá conforme tabela abaixo, contabilizando o somatório máximo de 40,0 pontos:

Item	Discriminação	Pontuação	
1	Formação	Por tempo de formado	Pontuação
1.1	Profissional de nível superior com atribuição para a experiência abaixo exigida	> 15 anos	10,0
		> 10 anos e ≤ 15 anos	5,0
		> 5 anos e ≤ 10 anos	3,0
		> 0 anos e ≤ 5 anos	1,0
2	Experiência	Por atestado	Pontuação
2.1	Serviços de supervisão da execução de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo dragagem e/ou aterro hidráulico, na função de	10,0	10,0





	Responsável Técnico ou Coordenador ou Supervisor		
2.2	Serviços de supervisão da execução de obras de dragagem e/ou aterro hidráulico, incluindo a execução de levantamento batimétrico, na função de Responsável Técnico ou Coordenador ou Supervisor	10,0	20,0

12.4.6 Para o engenheiro residente seguirá conforme tabela abaixo, contabilizando o somatório máximo de 20,0 pontos:

Item	Discriminação	Pontuação	
1	Formação	Por tempo de formado	Pontuação
1.1	Profissional de Nível Superior com formação em Engenharia Civil	> 10 anos	10,0
		> 8 anos e ≤ 10 anos	5,0
		> 5 anos e ≤ 8 anos	3,0
		> 0 anos e ≤ 5 anos	1,0
2	Experiência	Por atestado	Pontuação
2.1	Serviços de supervisão da execução de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo dragagem e/ou aterro hidráulico, na função de Engenheiro Residente ou Supervisor	10,0	10,0

12.4.7 Para o coordenador ambiental seguirá conforme tabela abaixo, contabilizando o somatório máximo de 20,0 pontos:

Item	Discriminação	Pontuação	
1	Formação	Por tempo de formado	Pontuação
1.1	Profissional de Nível Superior com atribuição para Meio Ambiente	> 15 anos	10,0
		> 10 anos e ≤ 15 anos	5,0
		> 5 anos e ≤ 8 anos	3,0
		> 0 anos e ≤ 5 anos	1,0
2	Experiência	Por atestado	Pontuação
2.1	Serviços de supervisão ambiental e/ou gestão Ambiental, de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo a execução de Programas Ambientais em atendimento a condicionantes do Licenciamento Ambiental, na função de Responsável Técnico ou Coordenador ou Supervisor.	10,0	10,0





12.4.8 Para o biólogo seguirá conforme tabela abaixo, contabilizando o somatório máximo de 20,0 pontos:

Item	Discriminação	Pontuação	
		Por tempo de formado	Pontuação
1	Formação		
1.1	Profissional de Nível Superior com formação em Biologia	> 10 anos	10,0
		> 8 anos e ≤ 10 anos	5,0
		> 5 anos e ≤ 8 anos	3,0
		> 0 anos e ≤ 5 anos	1,0
2	Experiência	Por atestado	Pontuação
2.1	Supervisão ambiental e/ou gestão Ambiental, incluindo a execução de Programas Ambientais do Meio Biótico, em atendimento a condicionantes de Licenciamento Ambiental, de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, na função de Coordenador ou Supervisor ou como Membro de Equipe.	10,0	10,0

12.4.9 A pontuação final da qualificação técnica da equipe será a soma dos 4 (quatro) profissionais.

12.5 Será determinada a Pontuação Técnica (PT) de cada licitante mediante os critérios estabelecidos, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$PT = (0,5 \times QTL) + (0,5 \times QTE)$$

Onde:

A qualificação técnica da licitante (QTL) tem peso de 50%

A qualificação técnica da equipe (QTE) tem peso de 50%

12.6 Para a proposta de preço as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

12.6.1 Carta de apresentação da proposta assinada por pessoa legalmente habilitada, preferencialmente em papel timbrado, identificando o serviço em que a empresa está concorrendo, o número do Edital, o prazo de execução, com o preço total da proposta, em algarismos arábicos e por extenso, em reais, e prazo





de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.6.2 Planilha orçamentária com preços unitários e totais expressos em reais.

12.6.3 Demonstrativo da Composição do BDI.

12.6.4 Os preços deverão incluir todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.6.5 Será determinada a Nota de Preço (NP) de acordo com o critério indicado pela fórmula:

$$NP = \frac{(100 \times P_{\text{máx.}}) - (90 \times P_{\text{mín.}}) - (10 \times VP)}{(P_{\text{máx.}} - P_{\text{mín.}})}$$

Onde:

NP = nota da proposta de preço;

P_{máx} = proposta de preço de maior valor ofertado, desde que não ultrapasse o valor do orçamento estimado;

P_{mín} = proposta de preço de menor valor total proposto dentre as propostas tecnicamente classificadas;

VP = proposta de preço em análise.

12.6.6 As notas de preços (NP) obtidas serão arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR-5891/ABNT – Regras de Arredondamento, na numeração decimal.

12.6.7 Não se admitirá propostas que apresentem preços simbólicos, irrisórios, ou de valor incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que não tenha o Edital estabelecido limites mínimos.

12.6.8 A Comissão de Licitação no julgamento das propostas de preços, poderá determinar que sejam promovidas retificações decorrentes de erros em operações aritméticas, tais como: discrepância entre valores grifados em algarismo ou por extenso, onde prevalecerá o valor por extenso; erro de multiplicação do valor unitário pela quantidade correspondente, o qual deverá ser retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o valor total.





12.7 No julgamento final das propostas serão consideradas as pontuações obtidas na Proposta Técnica e na Proposta de Preços, determinando-se a Nota Final através da seguinte fórmula:

$$PF = 7,0 \times PT + 3,0 \times PP$$

Onde:

PF = pontuação final da proposta da licitante;

PT = pontuação da proposta técnica da licitante;

PP = pontuação da proposta de preços da licitante;

A Pontuação da Proposta Técnica do Licitante (PT) tem peso de 70%.

A Pontuação da Proposta de Preços do Licitante (PP) tem peso de 30%.

12.8 A pontuação final (PF) será usada como critério de classificação final e será julgada vencedora a licitante que obtiver a maior pontuação final, ficando as demais desclassificadas em ordem decrescente de PF.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a pesquisa aos seguintes cadastros:

13.1.1. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União** - TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP): <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

13.1.2. **Consulta da Certidão Negativa Correccional no site da Corregedoria-Geral da União** - CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM): <https://certidoes.cgu.gov.br>;

13.1.3. **Consulta ao Tribunal de Contas da sede do licitante;**





13.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do agente de contratação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo agente de contratação.

13.3. A verificação pelo agente de contratação e equipe de apoio nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

13.5. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital;
- b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.6. Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014):

13.6.1. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, o agente de contratação adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:

- a) serão analisados os documentos **não** integrantes da regularidade fiscal e trabalhista.





b) serão analisados os **documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista**, declarando-se:

I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou

II- O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.6.2. A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 13.6.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

13.6.3. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do ANEXO II, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

13.6.3.1. A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.





13.6.3.2. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 337-F do Código Penal Brasileiro.

13.6.3.3. A certidão simplificada ou a declaração deverá ter sido emitida nos **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data prevista para a sessão de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, sob pena de não aceitabilidade.

13.6.3.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.

13.6.3.5. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 **deverão apresentar, na fase de habilitação, declaração** de que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021 (modelo disponível no anexo II deste edital).

13.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA: (Deverá apresentar o documento solicitado conforme o tipo da empresa):

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;





- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.7.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Inscrição do CNPJ, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>; que deverá conter CNAE adequado para o objeto da contratação.
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual de origem da empresa;
- e) Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do





Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>;

f) Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: <http://www.tst.jus.br/certidao>;

13.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica.

13.9.1 A empresa poderá apresentar, facultativamente, juntamente a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, o documento emitido pelo órgão judiciário competente, que relacione os distribuidores que na Comarca de sua sede tem atribuição para sua expedição.

13.9.2 Deverá apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE), **comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:**

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);

III - Grau de Endividamento (GE) = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / (Ativo Total).

12.9.2.1 Os índices exigidos como mínimos serão apurados através das seguintes fórmulas:

a) Liquidez Corrente: $AC/PC = \text{índice mínimo: } 1,00$

b) Liquidez Geral: $AC+RLP/PC+PNC = \text{índice mínimo: } 1,00$.

c) Grau de endividamento: $PC+PNC/AT = \text{igual ou menor que } 1,00$.



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



13.9.2.2 **Os índices deverão estar calculados** para que o agente de contratação e equipe de apoio procedam somente com a conferência dos cálculos apresentados.

13.9.2.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

13.9.2.4 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

13.9.2.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.10.1. A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

13.10.2 A empresa CONTRATADA deverá deter qualificação técnica para a prestação do serviço a ser contratado, que será avaliada com base nos seguintes documentos e informações:

- a) Certidão de Registro da empresa licitante e do seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Biologia (CRBio), dentro de seu prazo de validade;
- b) CAT – Certidão de Acervo Técnico do responsável técnico da licitante por execução de serviço de características semelhantes ao objeto licitado o qual seja, Implantação de PBA/PGA de obras costeiras;
- c) Declaração assinada pelo representante da empresa de que a mesma tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e





peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos para o pleno cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar posteriormente desconhecimento de qualquer fato;

d) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado o qual seja, Implantação de PBA/PGA de obras costeiras.

13.10.3 A empresa deverá apresentar declaração de disponibilidade profissional para o atendimento do objeto, contendo no mínimo os seguintes profissionais, além do responsável técnico:

- a) 1 (um) biólogo;
- b) 1 (um) oceanógrafo ou geólogo;
- c) 1 (um) topógrafo;
- d) 1 (um) analista ambiental, formado nas áreas de biologia, oceanografia, engenharia ambiental ou engenharia civil;
- e) 1 (um) auxiliar de escritório;
- f) 1 (um) mergulhador.

13.10.4 Da supervisão técnica:

13.10.4.1 A qualificação técnica da empresa será avaliada com base nos seguintes documentos e informações:

- a) Apresentar ART antes do início dos serviços quitada e registrada junto do órgão profissional competente, que conterá o nome do responsável técnico indicado e o endereço do local de execução do serviço.

13.10.4.2 O responsável técnico deverá ser o mesmo durante toda a execução do contrato, ressalvada causa superveniente e excepcional apresentada pela CONTRATADA e aprovada formalmente pelo CONTRATANTE.

13.10.5 É facultado aos licitantes efetuarem visita técnica para conhecimento do local em que serão prestados os serviços, em especial, para identificar o local e suas condições, não se admitindo, posteriormente, a alegação de desconhecimento de particularidades locais, sob qualquer pretexto.





13.10.6 A visita deverá ser efetuada comprovadamente pelo responsável técnico da empresa e deverá ser agendada diretamente na Secretaria Municipal de Obras, ou com os fiscais responsáveis, e poderá ser realizada até o penúltimo dia que antecede a data de abertura da licitação. O proponente que não efetuar a visita, deverá apresentar declaração que tem conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços que estão sendo requisitados pela municipalidade, responsabilizando-se quanto à opção de haver dispensado a visita técnica.

13.10.7 O atestado de vistoria deverá ser assinado pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal de contrato formalmente designado.

13.11. **DEVERÃO SER APRESENTADAS AINDA JUNTAMENTE NA HABILITAÇÃO:**

13.11.1. **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO** necessários conforme exigido no presente Edital e também que não haverá qualquer paralisação na execução dos serviços pela falta dos mesmos, conforme ANEXO IV.

13.11.2. O proponente deverá apresentar junto à documentação de habilitação, ainda, a declaração de ciência da localização do objeto licitado, consubstanciado através da **DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A OBRA**, conforme ANEXO V.

13.11.3. **DECLARAÇÃO** da proponente informando **que ESTÁ CIENTE DE TODOS OS COMPONENTES EXPRESSOS NAS PEÇAS GRÁFICAS, MEMORIAIS, PLANILHAS E PERSPECTIVAS**, e responsabilizando-se pela execução de todos os itens constantes nesses documentos.

13.11.4. **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES**, conforme ANEXO III.

13.12 DA APRESENTAÇÃO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

13.12.1 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar além de apresentar todos os documentos exigidos na habilitação, terá que apresentar planilha de composição de custos ajustada ao último lance ofertados, conforme ANEXO XI.





13.12.2 O prazo para apresentação da planilha de composição de custos será de 24 horas, após a comunicação do pregoeiro no momento da sessão do certame.

14. DAS DILIGÊNCIAS

14.1. Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas fiscais relativas ao (s) atestado(s) técnico(s) emitido(s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.

14.2. Os documentos para habilitação que necessitam de autenticação, **SOMENTE SERÃO AUTENTICADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE ATÉ ÀS 16h00min DO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR A ABERTURA** do processo licitatório.

14.3. As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, de acordo com o prazo estabelecido pelo agente de contratação em ata.

14.4. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerida dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do agente de contratação, no âmbito de sua competência.

14.5. A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em **“DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)”**, bem como, também, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, próprios do Departamento de Compras e Licitações (alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br ; adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br).

14.6. O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros e-mails será desconsiderado.





14.7. Serão verificados todos os documentos originais, conforme a Lei nº 13.726/18.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, durante o prazo concedido na sessão pública, em **até 15 (quinze) minutos**, em **campo próprio do sistema**, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.

15.2. **As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias.**

15.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

15.4. **Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões** poderão ser anexadas em campo próprio do sistema BNC, e ainda, sem prejuízo da sua apreciação, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, próprios do Departamento de Compras e Licitações (alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br; adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br), sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo, o corpo do e-mail da empresa recorrente e/ou da contrarrazoante.

15.5. O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.

15.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e a autoridade competente estará autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

15.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

16. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS





16.1. Após a manifestação dos interessados, a Autoridade Competente fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

- a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

16.2. Após análise e manifestação da Autoridade Competente sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

16.3. A autoridade competente emitirá a decisão final.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

16.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6. Não caberá recurso administrativo contra a decisão final da Autoridade Competente.

17. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17.3. Após a homologação, o Contrato será encaminhado via sistema ECM para a devida assinatura. Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após sua publicação no PNCP, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) da presente concorrência será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no





mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Contratante.

17.5. O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o link para acesso.

17.6. É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

17.7. Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

17.8. Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

17.9. Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá apresentar:

17.9.1. Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas.

17.9.2 - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica vigente e, no caso da empresa vencedora não ser sediada no Estado de Santa Catarina, deverá apresentar Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho competente, vistado pelo CREA/SC ou outro Conselho Competente, com indicação dos responsáveis técnicos, se for o caso.





17.10. Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

18. GARANTIAS, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

18.1. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor mencionado no item IX do Termo de Referência, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

18.2. Será exigido **garantia contratual** conforme previsão no art. 98, da Lei Nº. 14.133/2021, correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do contrato**.

18.2.1. Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos. 827 e 839 do Novo Código Civil.

18.2.2. Quando se tratar de Caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido e depositado em conta específica aberta em nome da Prefeitura Municipal de Navegantes, em instituição financeira devidamente regulamentada pelo Banco Central.

18.2.3. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, este deverá ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

18.2.4. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou seguro-garantia, a mesma deverá ser renovada anualmente, devidamente atualizada, quando de eventuais Aditamentos Contratuais.

18.2.5. A garantia responderá pelo cumprimento das disposições do Contrato, ficando a CONTRATANTE autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de qualquer obrigação, inclusive no caso de rescisão.





18.2.6. A caução destina-se à garantia da boa e fiel execução do contrato, e o pagamento de eventuais multas.

18.2.7. A caução de garantia de execução será liberada quando da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento por escrito da interessada.

18.2.8. Após homologação do processo, o Município de Navegantes informará os dados bancários, por meio de documento formal, para depósito da garantia contratual.

18.2.9. Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos. 827 e 839 do Novo Código Civil.

18.2.10. Quando se tratar de Caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido e depositado em conta específica aberta em nome da Prefeitura Municipal de Navegantes, em instituição financeira devidamente regulamentada pelo Banco Central, e informada posteriormente, pela Secretaria Municipal de Finanças.

19. DA DOTAÇÃO

19.1. As despesas decorrentes do objeto desta CONCORRÊNCIA correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento, conforme fonte de recurso abaixo especificado:

Valor: **R\$ 2.999.505,01**

Órgão/Unidade	02/016
Dotação	142
Fonte de recurso	5000
Projeto Atividade	2032
Elemento de despesa	3390.5199

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (ANEXO I) e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.





21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência** (ANEXO I), bem como na minuta do contrato (ANEXO X).

21.2. Além disso, a Contratada deverá fornecer ART de execução dos serviços contratados.

21.2.1 Conforme exposto o no §4º do art. 117 da Lei 14.133/2021, a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

21.3. O início da execução deverá ocorrer a partir da emissão da Ordem de Serviço.

22. DO PAGAMENTO

22.1. Os pagamentos de todas as entregas de relatórios de fiscalização, ficam condicionados a apresentação das respectivas Notas Fiscais.

22.2. Após a apresentação dos relatórios de fiscalização e respectiva NF, os pagamentos serão realizados em até 30 dias.

22.3 Os demais procedimentos para pagamento constam no Termo de Referência no item 9 e Minuta do Contrato.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

23.1.1. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência dos de execução, até o limite de 10 (dez) dia úteis, caracterizando inexecução parcial;





23.1.2. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;

23.1.3. Advertência;

23.1.4.– Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES pelo prazo de até 03 (três) anos;

23.1.5.– Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 156, inciso IV e §§ 5º, 6º e 7º do mesmo artigo da Lei nº 14.133/2021.

23.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

23.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES;

23.4. O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

23.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

23.6. O licitante ou contratado será responsabilizado pelas infrações contidas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, e serão aplicadas as infrações administrativas prevista no artigo 156 e seguintes da mesma lei.





23.7. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 com as formalidades e consequências previstas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos sobre o edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras e nos e-mails (e-mails) sítio no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

24.2. As dúvidas/questionamentos, e as impugnações deverão ser encaminhadas com documentos que identifiquem o(a) interessado(a), e poderão ser enviadas exclusivamente através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme a legislação.

24.3. Não sendo formulado pedido de esclarecimento, providência ou impugnação a este edital até o prazo previsto na legislação, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e documentos de habilitação, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso.

24.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS





25.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á a ata da sessão e/ou quaisquer outras atas, bem como os documentos, no sistema eletrônico BNC e no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, conforme a possibilidade e o andamento do processo.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília –DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam os prazos em dias de expediente na Administração.





25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, além do site do Município, no endereço <https://navegantes.sc.gov.br>.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência (TR);

ANEXO I-A – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

ANEXO I-B - Justificativa para exigências de índices financeiros;

ANEXO II – Modelo de Declaração ME/EPP;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação e Demais Obrigações;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de disponibilidade de pessoal técnico e equipamentos;

ANEXO V – Modelo de Declaração de Conhecimento do local;

ANEXO VI – Planilha Orçamentária, demonstrativo de composição de BDI;

ANEXO VI – A - Plano Básico Ambiental (PBA) e Licença Ambiental Prévia;

ANEXO VII – Termo de adesão BNC;

ANEXO VIII - Custo pela utilização do sistema BNC;

ANEXO IX – Minuta do Contrato.

ANEXO X – Modelo de planilha de composição de custo

Assinado eletronicamente por:
Roberto Melentino Ferreira
CPF: ***.518.419-**
Data: 02/04/2024 07:02:09 -03:00



ROBERTO M. FERREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto do presente processo de licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA E AMBIENTAL DA EXECUÇÃO DA OBRA DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E PROLONGAMENTO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ, INCLUINDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Preço unit. Máx.	Preço total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA E AMBIENTAL DA EXECUÇÃO DA OBRA DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E PROLONGAMENTO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ, INCLUINDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC	Serviço	1	R\$ 2.999.505,01	R\$ 2.999.505,01

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, conforme informações constantes no Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei n. 14.133/2021.





1.4 A empresa vencedora desta licitação não poderá ser vencedora da licitação correlata referente a execução da obra de alimentação artificial e prolongamento do molhe da Praia do Gravatá.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O Plano de Contratações Anual está sendo instituído e elaborado no Município de Navegantes/SC neste ano de 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Do consórcio:

4.1.1 Será admitida a possibilidade de consórcio, com limitação de 2 (duas) empresas, que deverá resultar em reforço na capacidade técnica e financeira do licitante.

4.1.2 A formação de consórcios respeitará, em sua integralidade, os preceitos contidos no art. 15 da Lei n. 14.133/2021.

4.2 Da subcontratação:

4.2.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas condições detalhadas, no entanto, não será admitida a subcontratação de atividades que constituam o escopo principal do objeto e nem para os serviços dos itens exigidos nos quadros de comprovação técnica “operacional” ou “profissional”.

4.2.2 É permitida a subcontratação em caso de necessidade de equipes auxiliares, desde que caracterizada a urgência e emergência, e observadas todas as exigências previstas abaixo, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, a quem caberá transmitir à subcontratada todos





os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar a sua execução.

4.2.3 É permitida a subcontratação de equipamentos e maquinários por ventura necessários para a adequada execução dos serviços, neste caso o equipamento ou maquinário deverá ser de titularidade da subcontratada.

4.2.4 A autorização de qualquer subcontratação estará condicionada ao exame e à aprovação expressa pela CONTRATANTE, em relação à documentação exigida no item 4.2.12.

4.2.5 Acaso seja autorizada a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, antes do início das atividades das subcontratada, o contrato firmado entre as partes e a documentação referente às condições de habilitação da subcontratada, as quais estão previstas no item 4.2.12.

4.2.6 Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo ou de forma incorreta que acarretem prejuízos ao prazo de conclusão dos serviços, será de responsabilidade da CONTRATADA, sob pena de ser aplicável a penalidade cabível, nos termos do contrato.

4.2.7 Durante o período de subcontratação, a subcontratada deverá manter vigente as condições iniciais de regularidade fiscal, previdenciária e técnica.

4.2.8 A substituição pela CONTRATADA da subcontratada, já anteriormente aprovada e autorizada, dependerá de prévia anuência escrita da CONTRANTE, devendo a empresa substituta apresentar a mesma condição técnica e legal estabelecida anteriormente.

4.2.9 A CONTRATADA deverá incluir no contrato que vier a celebrar para eventual subcontratação, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à subcontratada repassar o objeto subcontratado a outra empresa.

4.2.10 Acaso os serviços subcontratados não satisfaçam e atendem as especificações estipuladas, serão impugnados pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA e à empresa subcontratada todo o ônus decorrente de sua reexecução.





4.2.11 Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, de modo a proporcionar o andamento harmonioso do objeto do contrato, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.

4.2.12 Cabe a CONTRATADA apresentar os seguintes documentos pertencentes à subcontratada:

- a) Contrato firmado entre a empresa contratada e subcontratada;
- b) Cópia do contrato social da empresa subcontratada;
- c) Comprovação de que os funcionários da subcontratada integra o quadro permanente de funcionário, que deverá ser feito mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato Social;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou da cédula de identidade, quando pessoa física;
- e) Certidão negativa de débitos federais;
- f) Certidão negativa de débitos estaduais da sede da empresa;
- g) Certidão negativa de débitos municipais da sede da empresa;
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei 12.440/2011;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS.

4.2.13 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.3 Da garantia da contratação

4.3.1 Será exigida a garantia da contratação de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no art. 98 da Lei n. 14.133/2021.

4.3.2 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.3 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.3.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.3.5 Para o licitante vencedor, será exigida para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, cuja proposta for inferior à 85% (oitenta e cinco





porcento) do valor orçado pela Administração, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme disposto no § 5º do art. 59 da Lei n. 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condição de execução:

5.1.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1 O início da execução do objeto será após a emissão da ordem de serviço.

5.1.1.2 A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade da execução do trabalho estão pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar.

5.2 Materiais a serem disponibilizados:

5.2.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades mínima necessárias para a adequada prestação do serviço contratado, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3 Procedimento de transição e finalização do contrato:

5.3.1 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.4 Modelo de gestão do contrato:

5.4.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.4.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.4.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





5.4.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.5 Preposto:

5.5.1 A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.5.2 A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do serviço.

5.5.3 A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

5.6 Fiscalização:

5.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou por seu respectivo substituto (art. 117, caput, Lei n. 14.133/2021).

5.6.2 A fiscalização da supervisão ambiental será feita por servidor público lotado no Instituto Ambiental de Navegantes – IAN. A empresa deverá estabelecer comunicação direta e rotineira com a fiscalização do contrato sobre qualquer assunto vinculado à gestão e acompanhamento ambiental da obra contemplada no lote 1, bem como assuntos relativos à execução do Programa Básico Ambiental (PBA).

5.6.3 A fiscalização da supervisão técnica será feita por servidor público lotado na Secretaria de Obras. A empresa deverá estabelecer comunicação direta e rotineira com a fiscalização do contrato sobre qualquer assunto vinculado à obra.

6. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA





6.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução dos serviços para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato e memorial descritivo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública.

6.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º, Lei n. 14.133/2021).

6.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.





7.3 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.3.1 Fiscalizar e atestar a execução dos serviços, com a emissão de relatórios de aprovação e declaração de compatibilidade com as condições estabelecidas no Edital.

7.3.2 Comunicar eventuais falhas na execução dos serviços, cabendo à Contratada adotar as providências necessárias.

7.3.3 Garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com a execução dos serviços.

7.3.4 Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

7.4 A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

8. GESTOR DO CONTRATO

8.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.





8.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (art. 21, inciso VI, Decreto n. 11.246/2022).

8.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 As medições serão realizadas considerando os serviços orçados e executados de acordo com Cronograma Físico-Financeiro e ratificados pelo fiscal de contrato, e considerando o andamento da obra interdependente de alimentação artificial da Praia do Gravatá.

9.2 As medições serão realizadas por evento prestado, levando-se em conta os valores unitários utilizados e extraído da Planilha Orçamentária, sendo o serviço realizado em conjunto da Prefeitura e da empresa vencedora.

9.3 A fiscalização poderá interromper o processo de medição sempre que a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer de suas obrigações necessárias a realização dos serviços que comprometa o avanço das mesmas ou que impeça a verificação dos serviços realizados.





9.4 Não incidirá nenhuma multa ou ônus ao CONTRATANTE quando ocorrer paralização do processo de medição por causa justificada.

10. DO RECEBIMENTO

10.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma de Desembolso Previsto, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha, memória de cálculo detalhada e outro documento elaborado durante a supervisão, tal como ensaios, estudos detalhados, relatórios ou outro equivalente.

10.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei n. 14.133/2021).

10.3 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

10.4 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

10.5 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

10.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

10.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.





10.8 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais/equipamentos empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

10.9 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório (art. 119 c/c art. 140 da Lei n. 14133/2021).

10.10 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

10.13.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a





eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

10.13.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

10.13.3 Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

10.13.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

10.13.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.14 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.15 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.16 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. LIQUIDAÇÃO

11.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.





11.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.2.1 prazo de validade;

11.2.2 data da emissão;

11.2.3 dados do contrato e do órgão contratante;

11.2.4 período respectivo de execução do contrato;

11.2.5 valor a pagar; e

11.2.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

11.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, e documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

12. PRAZO DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.

12.2 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

12.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.4.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos





impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.6 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança:

- 12.6.1 Certidão negativa de débitos federais;
- 12.6.2 Certidão negativa de débitos estaduais;
- 12.6.3 Certidão negativa de débitos do Município de sede da contratada;
- 12.6.4 Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- 12.6.5 Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

12.7 Não haverá pagamento antecipado em hipótese alguma.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

13.1 Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

13.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo de licitação, na modalidade concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo de técnica e preço.

13.2 Do regime de execução:

13.2.1 O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

14.1 As condições de habilitação serão definidas em Edital conforme art. 65 da Lei n. 14.133/2021.

15. HABILITAÇÃO JURÍDICA

15.1 A habilitação jurídica será de acordo com o art. 66 da Lei n. 14.133/2021.

16. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA





16.1 A habilitação fiscal, social e trabalhista será aferida conforme art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

17. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.1 A comprovação financeira será feita de acordo com o art. 69 da Lei n. 14.133/2021.

18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1 A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

18.2 Da supervisão ambiental:

18.2.1 A qualificação técnica da empresa será avaliada com base nos seguintes documentos e informações:

- a) Certidão de Registro da empresa licitante e do seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Biologia (CRBio), dentro de seu prazo de validade;
- b) CAT – Certidão de Acervo Técnico do responsável técnico da licitante por execução de serviço de características semelhantes ao objeto licitado o qual seja, Implantação de PBA/PGA de obras costeiras;
- c) Declaração assinada pelo representante da empresa de que a mesma tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos para o pleno cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar posteriormente desconhecimento de qualquer fato;
- d) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado o qual seja, Implantação de PBA/PGA de obras costeiras.





18.2.2 A empresa deverá apresentar declaração de disponibilidade profissional para o atendimento do objeto, contendo no mínimo os seguintes profissionais, além do responsável técnico:

- a) 1 (um) biólogo;
- b) 1 (um) oceanógrafo ou geólogo;
- c) 1 (um) topógrafo;
- d) 1 (um) analista ambiental, formado nas áreas de biologia, oceanografia, engenharia ambiental ou engenharia civil;
- e) 1 (um) auxiliar de escritório;
- f) 1 (um) mergulhador.

18.3 Da supervisão técnica:

18.3.1 A qualificação técnica da empresa será avaliada com base nos seguintes documentos e informações:

- a) Apresentar ART antes do início dos serviços quitada e registrada junto do órgão profissional competente, que conterá o nome do responsável técnico indicado e o endereço do local de execução do serviço.

18.3.2 O responsável técnico deverá ser o mesmo durante toda a execução do contrato, ressalvada causa superveniente e excepcional apresentada pela CONTRATADA e aprovada formalmente pelo CONTRATANTE.

19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.999.505,01 (dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinco reais e um centavos, conforme custos unitários constantes no Estudo Técnico Preliminar.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

20.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão/Unidade	02/016
Dotação	142





Fonte de recurso	5000
Projeto Atividade	2032
Elemento de despesa	3390.5199

20.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1 Designar servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente.

21.2 Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para o perfeito fornecimento/execução do objeto licitado.

21.3 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos ou serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

21.4 Dar recebimento dos serviços solicitados e fornecidos em conformidade com este Termo de Referência e Memorial Descritivo.

21.5 Fiscalizar as medições mensais com registros das quantidades efetivamente recebidas e o valor financeiro correspondente, conforme padrões estabelecidos em Instruções de Serviços praticados pelo DNIT (SICRO), SIE ou até mesmo SINAP; ou de acordo com a planilha orçamentária.

21.6 As medições a que se refere no item anterior, as quantidades levantadas serão apuradas através de serviços de topografia, batimetria e de laboratórios e lançando conforme as unidades estabelecidas nas planilhas de orçamentos (metros, metro quadrado, metro cúbico, tonelada e unidade).

21.7 Efetuar o pagamento no preço e nas condições pactuadas.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1 Cumprir fielmente as condições e exigências contidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar apresentados.





22.2 Entregar os serviços de acordo com as condições, especificações e quantitativos estipulados neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

22.3 Substituir, às suas expensas, todos os materiais e serviços que apresentarem desconformidades pertinentes ao objeto.

22.4 Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando ao fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

22.5 Arcar com todas as despesas com frete, impostos, taxas, que venham a incidir sobre o objeto.

22.6 Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento dos materiais ou serviços e prestar esclarecimentos cabíveis.

22.7 Cumprir rigorosamente os prazos estipulados nesse Termo de Referência.

22.8 Responder por todas as despesas referentes às obrigações decorrentes do direito de propriedade intelectual, trabalhistas, tributárias, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho.

22.9 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Fiscal do Contrato indicado pela CONTRATANTE para acompanhamento do fornecimento dos objetos, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

22.10 Verificar se a empresa responsável pela execução da obra de alimentação artificial está dispondo das instalações, equipamentos e equipe técnica previstos no contrato de execução dos serviços.

22.11 Esclarecer ou requerer correções de incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico ou executivo, ou nas demais informações e instruções constantes do memorial descritivo e especificações técnicas de materiais e serviços, necessárias ao desenvolvimento do empreendimento.

22.12 Acompanhamento da execução da obra visando o completo atendimento do projeto, memoriais e especificações técnicas, instruindo a equipe executora





e solicitando alterações sempre que for constatada inconsistência entre projeto e execução.

22.13 Subsidiar tecnicamente a deliberação da CONTRATANTE acerca da viabilidade da utilização de materiais similares propostos pela empresa executora, observada a necessidade técnica justificada, o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.

22.14 Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços.

22.15 Acompanhar rigorosamente a montagem do canteiro.

22.16 Acompanhar rigorosamente os serviços da draga, constituídos pela extração na jazida, transporte e recalque para a praia, espalhamento do material (areia), conforme projeto, com rigoroso acompanhamento dos levantamentos topobatimétricos.

22.17 Acompanhar rigorosamente o material pétreo utilizado pela empresa executora, verificando sua integridade, peso aproximado, densidade e transporte até a obra.

22.18 Analisar e opinar sobre a aprovação das partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, em obediência ao previsto no projeto e demais documentações pertinentes.

22.19 Analisar e opinar sobre a aprovação de eventuais acréscimos ou supressões de serviços ou materiais necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

22.20 Conferir as medições dos serviços e as faturas emitidas pela empresa executora para posterior atesto e pagamento pela CONTRATANTE.

22.21 Observar todos os testes relativos às instalações e obras hidráulicas, elétricas e sanitárias.

22.22 Reportar toda e qualquer inconsistência, erro, atraso ou quaisquer fatos que caracterizem descumprimento do contrato sob seu gerenciamento à CONTRATANTE.

22.23 A CONTRATADA providenciará livro para Diário da Obra com páginas tipograficamente numeradas, no qual se fará a anotação de todos os fatos que





ocorrem na obra. Nele serão feitos apontamentos diários onde constarão, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número de operários em atividade;
- b) Etapa do serviço em andamento;
- c) Informações quanto ao tempo de execução das obras a partir do início dos serviços;
- d) Condições meteorológicas no dia;
- e) Assuntos de interesse geral da obra;
- f) Comunicações e ordens da fiscalização;
- g) Anexo com o relatório de fotos.

22.24 O diário deverá ser rubricado diariamente pela fiscalização e pelo representante legal da CONTRATADA, e será utilizado como referência para sanar dúvidas que porventura venham a surgir quanto ao desempenho dos serviços.

22.25 A CONTRATADA poderá utilizar modelo de Diário de Obra fornecido pela Prefeitura Municipal de Navegantes.

22.26 A obra deverá ser devidamente sinalizada com placas de advertência, cones de sinalização e cavaletes, de forma a evitar acidentes no decorrer de sua execução. Toda sinalização será de inteira responsabilidade da CONTRATADA independente de indicação expressa na planilha orçamentária.

23. REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

23.1 Os preços contratuais serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

23.2 Decorrido período superior a 1 (um) ano, o reajuste será aplicado contado a partir do mês-base do orçamento pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

23.3 Não se admitirá como encargo financeiro, juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.





23.4 O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida a seguir:

$$R = \frac{Ii - Io}{Io} \times V$$

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada
Io = índice de preço verificado no mês-base do contrato
Ii = índice de preço referente ao mês de reajustamento
V = valor da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado

23.5 Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso. Para tanto, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, após decorridos 30 dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.

24. CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO

24.1 A proposta técnica deverá ser apresentada contendo a qualificação técnica da licitante (QTL) e qualificação técnica da equipe (QTE).

24.2 A qualificação técnica da licitante (QTL) será avaliada atribuindo-se pontuação máxima de 100 (cem) pontos à licitante, conforme tabelas abaixo e com as seguintes regras:

24.2.1 A empresa deverá apresentar os atestados/certificados para os itens solicitados, devendo ser precedidos de quadro resumo contendo a relação dos atestados/certidões.

24.2.2 Os atestados comprobatórios deverão estar devidamente registrados no Conselho de Classe competente e acompanhados das respectivas certidões de acervo técnico.





Item	Discriminação	Pontuação	
		Por atestado	Máxima
1	Supervisão da execução de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo dragagem e/ou aterro hidráulico	10,0	20,0
2	Supervisão ambiental e/ou gestão Ambiental, de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo a execução de Programas Ambientais em atendimento a condicionantes de Licenciamento Ambiental	10,0	20,0
3	Supervisão da execução de obras marítimas ou fluviais, de dragagem e/ou aterro hidráulico	10,0	40,0
4	Supervisão da execução de obras marítimas ou fluviais, contendo estrutura hidráulica do tipo molhe	10,0	10,0
5	Execução de levantamento batimétrico marítimo ou fluvial	4,0	8,0

24.3 Em face do detalhamento dos serviços constantes do Termo de Referência, a exigência das Certificações ISO 9001 e 14001 ampara uma contratação de qualidade quanto aos resultados esperados, além de possibilitar uma gestão eficaz dos riscos ambientais atrelados ao seu escopo, em nada afetando a competitividade, tendo em vista que o fator de pontuação a esse critério estabelecido representa um mínimo de valoração da proposta técnica, indo ao encontro do que é permitido pelos órgãos de controle e legislação pertinente a essa temática.

Item	Discriminação	Pontuação	
		Por atestado	Máxima
1	Apresentação de Certificado ISO 9001 e ISSO 14001	1,0	2,0

24.4 A qualificação técnica da equipe (QTE) será avaliada atribuindo-se pontuação máxima de 100 (cem) pontos, conforme tabela abaixo, cujas documentações comprobatórias para atendimento às exigências e pontuações estabelecidas deverão ser:

24.4.1 Serão avaliados os profissionais designados para as funções de Coordenador, Engenheiro Residente, Coordenador Ambiental e Biólogo.

24.4.2 A empresa deverá apresentar os atestados/certificados para os itens solicitados, devendo ser precedidos de quadro resumo contendo a relação dos atestados/certidões).





24.4.3 Os atestados comprobatórios deverão estar devidamente registrados no Conselho de Classe competente e acompanhados das respectivas Certidões de acervo técnico – CAT.

24.4.4 O diploma de graduação apresentado poderá ser validado pela certidão de registro no CREA ou outro Conselho de Classe competente, onde conste as titulações do profissional.

24.4.5 Para o engenheiro coordenador seguirá conforme tabela abaixo, contabilizando o somatório máximo de 40,0 pontos:

Item	Discriminação	Pontuação	
		Por tempo de formado	Pontuação
1	Formação		
1.1	Profissional de nível superior com atribuição para a experiência abaixo exigida	> 15 anos	10,0
		> 10 anos e ≤ 15 anos	5,0
		> 5 anos e ≤ 10 anos	3,0
		> 0 anos e ≤ 5 anos	1,0
2	Experiência	Por atestado	Pontuação
2.1	Serviços de supervisão da execução de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo dragagem e/ou aterro hidráulico, na função de Responsável Técnico ou Coordenador ou Supervisor	10,0	10,0
2.2	Serviços de supervisão da execução de obras de dragagem e/ou aterro hidráulico, incluindo a execução de levantamento batimétrico, na função de Responsável Técnico ou Coordenador ou Supervisor	10,0	20,0

24.4.6 Para o engenheiro residente seguirá conforme tabela abaixo, contabilizando o somatório máximo de 20,0 pontos:

Item	Discriminação	Pontuação	
		Por tempo de formado	Pontuação
1	Formação		
1.1	Profissional de Nível Superior com formação em Engenharia Civil	> 10 anos	10,0
		> 8 anos e ≤ 10 anos	5,0
		> 5 anos e ≤ 8 anos	3,0
		> 0 anos e ≤ 5 anos	1,0
2	Experiência	Por atestado	Pontuação
2.1	Serviços de supervisão da execução de obras de alimentação	10,0	10,0



	artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo dragagem e/ou aterro hidráulico, na função de Engenheiro Residente ou Supervisor		
--	---	--	--

24.4.7 Para o coordenador ambiental seguirá conforme tabela abaixo, contabilizando o somatório máximo de 20,0 pontos:

Item	Discriminação	Pontuação	
1	Formação	Por tempo de formado	Pontuação
1.1	Profissional de Nível Superior com atribuição para Meio Ambiente	> 15 anos	10,0
		> 10 anos e ≤ 15 anos	5,0
		> 5 anos e ≤ 8 anos	3,0
		> 0 anos e ≤ 5 anos	1,0
2	Experiência	Por atestado	Pontuação
2.1	Serviços de supervisão ambiental e/ou gestão Ambiental, de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo a execução de Programas Ambientais em atendimento a condicionantes do Licenciamento Ambiental, na função de Responsável Técnico ou Coordenador ou Supervisor.	10,0	10,0

24.4.8 Para o biólogo seguirá conforme tabela abaixo, contabilizando o somatório máximo de 20,0 pontos:

Item	Discriminação	Pontuação	
1	Formação	Por tempo de formado	Pontuação
1.1	Profissional de Nível Superior com formação em Biologia	> 10 anos	10,0
		> 8 anos e ≤ 10 anos	5,0
		> 5 anos e ≤ 8 anos	3,0
		> 0 anos e ≤ 5 anos	1,0
2	Experiência	Por atestado	Pontuação
2.1	Supervisão ambiental e/ou gestão Ambiental, incluindo a execução de Programas Ambientais do Meio Biótico, em atendimento a condicionantes de Licenciamento Ambiental, de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, na função de Coordenador ou Supervisor ou como Membro de Equipe.	10,0	10,0



24.4.9 A pontuação final da qualificação técnica da equipe será a soma dos 4 (quatro) profissionais.

24.5 Será determinada a Pontuação Técnica (PT) de cada licitante mediante os critérios estabelecidos, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$PT = (0,5 \times QTL) + (0,5 \times QTE)$$

Onde:

A qualificação técnica da licitante (QTL) tem peso de 50%

A qualificação técnica da equipe (QTE) tem peso de 50%

24.6 Para a proposta de preço as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

24.6.1 Carta de apresentação da proposta assinada por pessoa legalmente habilitada, preferencialmente em papel timbrado, identificando o serviço em que a empresa está concorrendo, o número do Edital, o prazo de execução, com o preço total da proposta, em algarismos arábicos e por extenso, em reais, e prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

24.6.2 Planilha orçamentária com preços unitários e totais expressos em reais.

24.6.3 Demonstrativo da Composição do BDI.

24.6.4 Os preços deverão incluir todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

24.6.5 Será determinada a Nota de Preço (NP) de acordo com o critério indicado pela fórmula:

$$NP = \frac{(100 \times P_{\text{máx.}}) - (90 \times P_{\text{mín.}}) - (10 \times VP)}{(P_{\text{máx.}} - P_{\text{mín.}})}$$

Onde:

NP = nota da proposta de preço;

P_{máx} = proposta de preço de maior valor ofertado, desde que não ultrapasse o valor do orçamento estimado;

P_{mín} = proposta de preço de menor valor total proposto dentre as propostas tecnicamente classificadas;

VP = proposta de preço em análise.





24.6.6 As notas de preços (NP) obtidas serão arredondadas até os centésimos, de acordo com os critérios da NBR-5891/ABNT – Regras de Arredondamento, na numeração decimal.

24.6.7 Não se admitirá propostas que apresentem preços simbólicos, irrisórios, ou de valor incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que não tenha o Edital estabelecido limites mínimos.

24.6.8 A Comissão de Licitação no julgamento das propostas de preços, poderá determinar que sejam promovidas retificações decorrentes de erros em operações aritméticas, tais como: discrepância entre valores grifados em algarismo ou por extenso, onde prevalecerá o valor por extenso; erro de multiplicação do valor unitário pela quantidade correspondente, o qual deverá ser retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o valor total.

24.7 No julgamento final das propostas serão consideradas as pontuações obtidas na Proposta Técnica e na Proposta de Preços, determinando-se a Nota Final através da seguinte fórmula:

$$PF = 7,0 \times PT + 3,0 \times PP$$

Onde:

PF = pontuação final da proposta da licitante;

PT = pontuação da proposta técnica da licitante;

PP = pontuação da proposta de preços da licitante;

A Pontuação da Proposta Técnica do Licitante (PT) tem peso de 70%.

A Pontuação da Proposta de Preços do Licitante (PP) tem peso de 30%.





24.8 A pontuação final (PF) será usada como critério de classificação final e será julgada vencedora a licitante que obtiver a maior pontuação final, ficando as demais desclassificadas em ordem decrescente de PF.

Navegantes/SC, 27 de fevereiro de 2024.

ROBERTO M. FERREIRA
Secretário de Obras





ANEXO I – A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se faz necessária para prestar serviço de supervisão técnica e ambiental da obra de alimentação artificial da Praia do Gravatá. Esta contratação é de extrema importância para a supervisão e gerenciamento da obra, a qual possui grande complexidade técnica, de forma que a presente contratação irá viabilizar um acompanhamento integral e contínuo de forma a contribuir com a fiscalização da obra, além da elaboração de estudos técnicos detalhados.

Há de se considerar ainda que durante a prestação do serviço, o serviço deve ser acompanhado por profissionais com qualificação técnica necessária para a realização da mencionada supervisão.

Além disso, a presença de uma empresa de gestão ambiental durante todo o processo da obra garantirá o cumprimento das legislações ambientais vigentes, a qual será responsável por desenvolver programas ambientais específicos, de forma a evitar possíveis sanções legais e prejuízos à imagem do Município de Navegantes/SC, e irá assegurar que a obra de alimentação artificial seja realizada de forma sustentável.

Outrossim, a supervisão irá garantir a preservação e o equilíbrio do ecossistema marinho local mediante o monitoramento dos impactos ambientais, desde a fase de planejamento até a execução e manutenção da obra.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Município de Navegantes/SC não possui plano de contratações anual para 2024, porém no plano da atual gestão, consta a proposta de alimentação artificial da faixa de areia e proteção da Praia do Gravatá. Nesse sentido, os estudos iniciaram em 2021 com a contratação dos projetos e obtenção das licenças ambientais.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

A empresa vencedora do presente processo não poderá ser vencedora do processo licitatório interdependente de alimentação artificial da Praia Gravatá.

3.1 REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS

3.1.1 DA SUPERVISÃO AMBIENTAL





A empresa deverá elaborar relatórios periódicos conforme o cronograma físico-financeiro oriundo da gestão e acompanhamento ambiental da obra em questão, os quais deverão ser enviados ao órgão ambiental competente.

São partes integrantes deste programa:

- a) Subprograma de Contratação de Mão de Obra;
- b) Subprograma de Sinalização de Obra;
- c) Subprograma de Monitoramento do ruído ambiental;
- d) Subprograma de Gerenciamento de Resíduos e efluentes;
- e) Subprograma de Recuperação de Áreas Degradadas;
- f) Programa de Controle Ambiental da Atividade de Dragagem
- g) Programa de Comunicação Social (PCS)
- h) Programa de Monitoramento da Biota Aquática
- i) Programa de Monitoramento do Perfil Praia
- j) Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e dos Sedimentos
- k) Supervisão do Programa de Recuperação da Restinga Praia

A empresa deverá possuir, no mínimo, em seu quadro de funcionários para a realização da supervisão ambiental:

- a) 1 (um) biólogo;
- b) 1 (um) oceanógrafo ou geólogo;
- c) 1 (um) topógrafo;
- d) 1 (um) analista ambiental (biologia, oceanografia, engenharia ambiental, engenheiro civil);
- e) 1 (um) auxiliar de escritório; e
- f) 1 (um) mergulhador.

3.1.2 DA SUPERVISÃO TÉCNICA

A empresa deverá possuir, no mínimo, em seu quadro de funcionários para a realização da supervisão técnica:

- a) 1 (um) engenheiro civil ou ambiental.
- b) 1 (um) coordenador sendo profissional de Nível Superior com atribuição para a experiência.

3.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

3.2.1 DA SUPERVISÃO AMBIENTAL

A empresa contratada deverá deter qualificação técnica para a prestação do serviço a ser contratado, que será avaliada com base nos seguintes documentos e informações:

- a) Certidão de Registro da empresa licitante e do seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou Conselho Regional de Biologia (CRBio), ou outro conselho competente, dentro de seu prazo de validade;





- b) CAT – Certidão de Acervo Técnico do responsável técnico da licitante por execução de serviço de características semelhantes ao objeto licitado o qual seja, Implantação de PBA/PGA de obras costeiras;
- c) Declaração assinada pelo representante da empresa de que a mesma tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos para o pleno cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar posteriormente desconhecimento de qualquer fato;
- d) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência da empresa licitante em atividades compatíveis com o objeto licitado o qual seja, implantação de PBA/PGA de obras costeiras.

As experiências dos profissionais deverão ser em supervisão ambiental e/ou gestão ambiental, incluindo a execução dos programas ambientais, em atendimento a condicionantes de Licenciamento Ambiental, bem como de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, na função de Coordenar ou Supervisionar ou como Membro de Equipe.

3.2.2 DA SUPERVISÃO TÉCNICA

A empresa contratada deverá deter qualificação técnica para a prestação do serviço a ser contratado, que será avaliada com base nos seguintes documentos e informações:

- a) Apresentar a ART antes do início dos serviços quitada e registrada junto do órgão profissional competente, que conterá o nome do responsável técnico indicado e o endereço do local de execução do serviço;

O responsável técnico deverá ser o mesmo durante toda a execução do contrato, ressalvada causa superveniente e excepcional apresentada pela contratada e aprovada formalmente pelo contratante.

Para a qualificação técnica do Engenheiro Residente, este deverá possuir experiência em serviços de supervisão da execução de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo dragagem e/ou aterro hidráulico, na função de Engenheiro Residente ou Supervisor.

Já para o Engenheiro Coordenador, este deverá possuir experiência em serviços de supervisão da execução de obras de alimentação artificial e/ou recuperação e/ou engordamento de faixa de praia, incluindo dragagem e/ou aterro hidráulico, na função de Responsável Técnico ou Coordenador ou Supervisor, e também em serviços de supervisão da execução de obras de dragagem e/ou aterro hidráulico, incluindo a execução de levantamento batimétrico, na função de responsável técnico ou coordenador ou supervisor.

3.3 DO ESCOPO DO SERVIÇO





O escopo de serviço objetiva a execução dos serviços técnicos especializados de supervisão técnica e ambiental da execução da obra de alimentação artificial e prolongamento do molhe da Praia do Gravatá, no Município de Navegantes/SC, conforme detalhamento abaixo.

Segue abaixo rol de diretrizes gerais da empresa contratada:

- a) Verificar se a empresa responsável pela execução da obra está dispondo das instalações, equipamentos e equipe técnica previstos no contrato de execução dos serviços;
- b) Esclarecer ou requerer correções de incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico ou executivo, ou nas demais informações e instruções constantes do memorial descritivo e especificações técnicas de materiais e serviços, necessárias ao desenvolvimento do empreendimento;
- c) Acompanhamento da execução da obra visando o completo atendimento do projeto, memoriais e especificações técnicas, instruindo a equipe executora e solicitando alterações sempre que for constatada inconsistência entre projeto e execução;
- d) Subsidiar tecnicamente a deliberação da contratante acerca da viabilidade da utilização de materiais similares propostos pela empresa executora, observada a necessidade tecnicamente justificada e o atendimento à composição, qualidade, garantia e desempenho requeridos pelas especificações técnicas;
- e) Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços;
- f) Acompanhar rigorosamente a montagem do canteiro;
- g) Acompanhar rigorosamente os serviços da draga, constituídos pela extração na jazida, transporte e recalque para a praia, espalhamento do material (areia), conforme projeto, com rigoroso acompanhamento dos levantamentos topobatimétricos;
- h) Acompanhar rigorosamente o material pétreo utilizado pela empresa executora, verificando sua integridade, peso aproximado, densidade e transporte até a obra;
- i) Analisar e opinar sobre a aprovação das partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, em obediência ao previsto no projeto e demais documentações pertinentes;
- j) Analisar e opinar sobre a aprovação de eventuais acréscimos ou supressões de serviços ou materiais necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado;
- k) Conferir as medições dos serviços e as faturas emitidas pela empresa executora para posterior atesto e pagamento pela contratante;
- l) Observar todos os testes relativos às instalações e obras hidráulicas, elétricas e sanitárias;





m) Reportar toda e qualquer inconsistência, erro, atraso ou quaisquer fatos que caracterizem descumprimento do contrato sob seu gerenciamento à Contratante.

3.3.1 DA SUPERVISÃO AMBIENTAL

Elenca-se a seguir o conjunto das principais atividades a serem executadas pela equipe técnica para gerenciamento e supervisão ambiental da obra:

- a) atuar como representante da Prefeitura na supervisão ambiental da obra durante todas as atividades da empresa executora contratada;
- b) supervisionar a execução dos programas ambientais sob responsabilidade da empresa executora;
- c) supervisionar os atendimentos de condicionantes ambientais sob responsabilidade da empresa executora, em todos os seus aspectos;
- d) acompanhar a empresa executora na implantação do Projeto Final de Engenharia, em especial nas questões relativas ao meio ambiente;
- e) prestar assessoria técnica e consultoria à Prefeitura, na área de meio ambiente, em assuntos pertinentes à obra;
- f) executar os programas ambientais e atividades sob sua responsabilidade;
- g) verificar se está sendo cumprido, em todas as etapas de execução dos serviços, o atendimento às condicionantes e instruções contidas na Licença Ambiental de Instalação;
- h) orientar a empresa executora quanto ao planejamento e a condução das obras, vislumbrando evitar irregularidades ambientais;
- i) analisar e, quando necessário, informar os ajustes para compatibilizar os cronogramas entre os projetos ambientais e a execução das obras propostas no projeto executivo do empreendimento;
- j) elaborar relatórios de andamento, destacando as ocorrências de irregularidades ambientais e aspectos positivos das rotinas, ações e dispositivos destinados à execução de programas. Os relatórios de andamento deverão identificar e caracterizar as ocorrências de irregularidades ambientais, caso detectadas, determinando a magnitude, importância e gravidade e ainda indicando solução aplicável à sua reversão;
- k) participar de reuniões de trabalho com os prepostos responsáveis pela Prefeitura, com os engenheiros da supervisão da obra e com os engenheiros da empresa executora, sob a coordenação do engenheiro fiscal da Prefeitura, para definição do Plano de Implantação dos Programas Ambientais, que terá como principal objetivo a aprovação do cronograma de implantação dos programas ambientais;
- l) participar de reuniões nos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento, sob a coordenação do engenheiro fiscal da Prefeitura, de forma





a mantê-los sempre atualizados quanto às exigências e determinações da Licença Ambiental;

m) dar conhecimento à fiscalização da Prefeitura sobre ocorrência de quaisquer ações incorretas ou que possam causar riscos ambientais, ou ainda que estejam em desacordo com normas e determinações aqui mencionadas;

n) dar conhecimento à fiscalização da Prefeitura na ocorrência de acidentes ou geração de impactos ambientais negativos seja no meio biótico, físico ou socioeconômico, bem como indicar as providências, à coordenação do engenheiro fiscal da Prefeitura, no sentido de acionar as autoridades competentes visando minimizar os efeitos indesejáveis do evento;

o) elaborar e entregar à Prefeitura relatório ambiental, a ser encaminhado ao órgão ambiental, atendendo ao conteúdo e periodicidade por ele definido e em acordo com o cronograma dos serviços;

p) verificar o cumprimento das demais recomendações ambientais constantes no Edital de licitação da obra;

q) Atender as condicionantes apresentadas na LAI.

3.3.2 DA SUPERVISÃO TÉCNICA

Elenca-se a seguir o conjunto das principais atividades a serem executadas pela equipe técnica para gerenciamento e supervisão técnica da obra:

a) acompanhar, gerenciar e supervisionar as atividades da empresa executora da obra;

b) manter o arquivo de ocorrências para registro dos fatos diários;

c) apoiar a análise de projetos contemplando revisão de campo de interferências, desapropriações, alterações de traçado e outras necessidades de compatibilização para o andamento do empreendimento;

d) analisar as planilhas de medição dos custos das obras elaboradas pela executora;

e) analisar os quantitativos da planilha de medição;

f) apoiar a fiscalização da obra na verificação da conformidade da execução das obras em relação aos projetos e as especificações técnicas;

g) verificar o cumprimento do cronograma físico-financeiro determinado para as obras de execução da alimentação artificial e prolongamento do molhe da Praia do Gravatá, no Município de Navegantes/SC;

h) acompanhar e verificar o controle tecnológico da obra, zelando pelo fiel cumprimento dos projetos e das normas e especificações vigentes, quando prevista em planilha e solicitado pela contratante;

i) acompanhar os processos construtivos e os testes de equipamentos;

j) verificar a confecção de projeto "as built" e cadastros em conformidade com as medições;

k) acompanhar o cumprimento das exigências quanto à sinalização para a execução das obras e medidas de segurança;





- l) elaborar relatórios de andamento e acompanhamento sobre a evolução da obra ou referentes a problemas que venham a surgir durante a realização dos serviços, com registro fotográfico;
- m) elaborar relatório mensal contendo as informações necessárias para o recebimento da obra;
- n) mobilizar, em caráter eventual ou quando solicitado pela contratante, técnicos especializados para o cumprimento de determinadas tarefas relacionadas com a supervisão da execução da obra;
- o) verificar as adequações das especificações de materiais e equipamentos, quando necessário;
- p) acompanhar os ensaios, em campo ou laboratório, e seus respectivos laudos, realizados pela empresa executora da obra.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A pesquisa de mercado foi realizada por meio de consulta na Tabela do DNIT, conforme planilha orçamentária anexa.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Segue abaixo tabela contendo os lotes e quantitativos a serem contratados:

Item	Especificações	Unid.	Qtde.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA E AMBIENTAL DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E PROLONGAMENTO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC INCLUINDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS	Serviço	1

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Segue abaixo tabela resumida contendo o valor total estimado da contratação, já os valores unitários podem ser verificados na planilha orçamentária anexa ao presente documento:

Item	Especificações	Unid.	Qtde.	Valor total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS	Serviço	1	R\$ 2.999.505,01



	ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA E AMBIENTAL DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E PROLONGAMENTO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC INCLUINDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS, CONFORME AS CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS			
--	--	--	--	--

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 DA SUPERVISÃO AMBIENTAL

Dentre as possíveis soluções para solucionar o problema apresentado no item 1, visualiza-se duas opções.

A primeira opção é a supervisão e fiscalização por servidor público técnico na área, bem como a disponibilização de equipamentos específicos e indispensáveis para viabilizar a adequada aferição e fiscalização dos serviços executados. Já a segunda opção seria a contratação de empresa especializada para realizar a gestão e acompanhamento ambiental da obra, bem como a execução do Projeto Básico Ambiental (PBA).

No caso da primeira opção, seria necessário servidor com disponibilidade para acompanhamento integral desta obra, a qual será executada ininterruptamente, e mesmo após a finalização do serviço de alimentação artificial, o serviço de acompanhamento e gestão ambiental permanece por um período.

Ademais há de se levar em conta a complexidade técnica da mencionada obra, de forma que o responsável pela gestão e acompanhamento ambiental deve ser capacitado e deter conhecimento das circunstâncias e particularidades que rodeiam a obra. Com isso, seria necessário investir em capacitações e cursos a fim de garantir o conhecimento técnico mínimo necessário, o que também demandaria tempo.

E ainda, seria necessário a realização de processo licitatório para a aquisição de equipamentos e insumos mínimos necessários para que seja viável a adequada aferição e acompanhamento ambiental da obra. Além do custo envolvido, seria necessário a realização de estudo a fim de identificar todos os equipamentos necessários.



Desta forma, optou-se pela segunda opção em razão da sua conveniência e especialmente pelo caráter técnico e pela complexidade da obra, de forma que se faz necessário o emprego de técnicos especializados, capacitados e com experiência nesta empreitada, com isso se garante qualidade na fiscalização e acompanhamento e a execução adequada dos serviços dentro das normas competentes e vigentes.

7.2 DA SUPERVISÃO TÉCNICA

Dentre as possíveis soluções para solucionar o problema apresentado no item 1, visualiza-se duas opções.

A primeira opção é a supervisão e fiscalização por servidor público técnico na área, bem como a disponibilização de equipamentos específicos e indispensáveis para viabilizar a adequada aferição e fiscalização dos serviços executados. Já a segunda opção seria a contratação de empresa especializada para realizar a supervisão e gerenciamento da obra.

No caso da primeira opção, seria necessário servidor com disponibilidade para acompanhamento integral desta obra, a qual será executada ininterruptamente. Ademais há de se levar em conta a complexidade técnica da mencionada obra, de forma que o responsável pela gestão e acompanhamento ambiental deve ser capacitado e deter conhecimento das circunstâncias e particularidades que rodeiam a obra. Com isso, seria necessário investir em capacitações e cursos a fim de garantir o conhecimento técnico mínimo necessário, o que também demandaria tempo.

Desta forma, optou-se pela segunda opção em razão da sua conveniência e especialmente pelo caráter técnico e pela complexidade da obra, de forma que se faz necessário o emprego de técnicos especializados, capacitados e com experiência nesta empreitada, com isso se garante qualidade na fiscalização e acompanhamento e a execução adequada dos serviços dentro das normas competentes e vigentes.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO

Não há necessário proceder ao parcelamento de objeto.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se faz necessário proceder a outras contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que a contratação do objeto licitado atende a toda necessidade existente.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 DA SUPERVISÃO AMBIENTAL

Os principais objetivos e resultados pretendidos com a gestão e acompanhamento ambiental da obra de alimentação artificial da Praia do Gravatá são:

- a) Supervisão e gerenciamento ambiental da execução das obras de alimentação artificial e prolongamento do molhe da Praia do Gravatá;





- b) implantação e aplicação de todas as medidas mitigadoras descritas na LAP (Licença Ambiental Prévia), documento anexo;
- c) execução de programas ambientais pertinentes;
- d) atendimento das solicitações de informações pelo Município de Navegantes/SC e pelos órgãos de controle, relativas ao andamento da obra;
- e) fornecimento de informações sobre as obras quanto à execução física, bem como os resultados das medições parciais acumuladas e finais dos serviços realizados, as alterações quantificadas e suas autorizações, mediante a apresentação de relatórios contendo descrição e quadros informativos;
- f) geração de indicadores e parâmetros (itens de controle) que possam ser utilizados para a avaliação de desempenho dos serviços realizados pela empresa executado da obra.

10.2 DA SUPERVISÃO TÉCNICA

Os principais objetivos e resultados pretendidos com a fiscalização e supervisão da obra de alimentação artificial da Praia do Gravatá são:

- a) aumento da qualidade do projeto;
- b) redução de custos, sem comprometer a qualidade da obra;
- c) melhor controle de prazos em cada fase, evitando o atraso da entrega final;
- d) relacionamento direto e eficiente com o órgão público sobre as etapas em andamento da obra;
- e) controle dos volumes e valores a serem medidos nas fases de medição;
- f) garantia de que o cronograma de obra seja cumprido, com a potencial mitigação de erros na execução, atrasos e, conseqüentemente, elaboração de aditivos.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Após a emissão da Licença Ambiental Prévia - LAP, a Secretaria responsável iniciou o processo de atendimento aos requisitos impostos para obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LAI, que é condicionante ao início da operação. Desta forma, a municipalidade deve monitorar o andamento desse processo até obtenção da LAI.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 DA SUPERVISÃO AMBIENTAL

Não se vislumbra impactos ambientais. Esses serviços visam gerar programas ambientais mitigatórios e resolutivos para atender as demandas ocasionadas na obra de alimentação artificial da Praia do Gravatá.

12.2 DA SUPERVISÃO TÉCNICA

Não se vislumbra impactos ambientais. Esses serviços visam gerenciar e supervisionar a correta execução dos procedimentos em obra.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO





O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria de Obras, considerando a análise das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela viabilidade da contratação, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Navegantes (SC), 22 de fevereiro de 2024.

Roberto M. Ferreira
Secretário de Obras

Fernando Oliveira da Fonseca
Engenheiro Civil

Inglid Lima Gonçalves Dias
Setor de Compras e Licitações

Isadora Bianchini Balan
Setor de Compras e Licitações





ANEXO I-B

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ÍNDICES FINANCEIROS

O Município de Navegantes apresenta justificativa para a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de Concorrência nº 14/2024, item 13.9.2.

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no item 13.9.2 do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O índice de Grau de Endividamento indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O índice de Liquidez Corrente identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo que o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, GE e LC), o resultado > 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente.

Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 69, da Lei nº 14.133/2021, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.





ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

At. – Agente de contratação e equipe de apoio

CONCORRÊNCIA N.º 14/2024.

A empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____ neste ato representada por _____ seu _____, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos arts 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Por ser verdade assina a presente;

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

A _____ pessoa _____ jurídica denominada _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____ (endereço completo da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

- a) DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, de que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;
- b) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;
- c) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 14.133/2021 e Diplomas Complementares;
- d) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho;
- e) DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge,





companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

- f) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;
- g) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.
- h) DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.
- i) DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e noutras normas específicas.
- j) DECLARA, também, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



ANEXO IV

MODELO DA DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO E EQUIPAMENTOS

At. – Agente de contratação e equipe de apoio.

CONCORRÊNCIA N.º 14/2024.

Em atendimento ao **Item 13.12.1** do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º **14/2024**, declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa dispõe ou disporá de pessoal técnico e equipamentos, conforme exigido no presente Edital e também que não haverá qualquer tipo de paralização durante a execução dos serviços pela falta dos mesmos.

Neste sentido, declaramos, ainda, que conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução da mesma e de sua complexidade.

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL A SER REALIZADA A OBRA

At. – Agente de contratação e equipe de apoio.

CONCORRÊNCIA N.º 14/2024.

Em atendimento ao Item 13.12.2 do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 13/2024, declaramos, sob as penas da Lei, que o (s) Engenheiro (s), _____, CREA nº _____, devidamente credenciado (s) por esta empresa, ATESTA que tem conhecimento do local da execução da obra, tomando conhecimento de todas as informações necessárias à elaboração de nossa proposta de preços, inclusive que qualquer alteração necessária para iniciar a obra que não esteja prevista na planilha orçamentária não gerará em hipótese alguma ônus/despesas ao MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

Neste sentido, declaramos, ainda, que conhecemos os aspectos que possam influenciar direta ou indiretamente na execução da mesma e de sua complexidade, e que expedir-se-á a ART da totalidade da obra.

Navegantes, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



ANEXO VI

Planilha Orçamentária e demonstrativo da composição do BDI.

Documentos disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, arquivo anexo ao Edital.

<https://www.navegantes.sc.gov.br/licitacoes>

ANEXO VI – A

Plano Básico Ambiental (PBA) e Licença Ambiental Prévia.

Documentos disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, arquivo anexo ao Edital.

<https://www.navegantes.sc.gov.br/licitacoes>



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



ANEXO VII

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES



SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS “BNC” E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	() ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Inscrição Municipal:	
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
e-mail financeiro:	
Informações Bancárias:	Banco:
Agência:	C/C:
<u>e-mail () no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais</u>	

***o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



Bolsa Nacional de Compras “BNC”, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras “BNC”, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.

4. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.

5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____/_____/20____.

Representante Legal:
(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)





ANEXO VIII

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA



FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

- PARA FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras, para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital. Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante. O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada. **Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta os seguintes planos de pagamento:**

Plano de Adesão	A	R\$ 98,10 única participação por edital
Plano de Adesão	B	R\$ 135,00 (mensal)

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.





Plano de Adesão A esse plano é exclusivamente para uma única participação.

Plano de Adesão B, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.

O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de compra e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

A cobrança do plano de adesão, será emitida no momento do cadastro através de “boleto bancário”. A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br. A liberação irá ocorrer em até 24 horas. Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

Representante Legal:
(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)





ANEXO IX

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2024

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PMN – Nº **XXX/2024**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SOB O REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA POR MENOR PREÇO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA _____ NA FORMA ABAIXO DESCRITA.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza pelo Secretário Municipal de Obras, Sr. Roberto M. Ferreira, nomeado através da Portaria nº 2980/2022 de 08 de novembro de 2022, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, e a empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na Rua _____, nº _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo senhor _____, portador do CPF nº _____, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 Constitui objeto deste Contrato, **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA E**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



AMBIENTAL DA EXECUÇÃO DA OBRA DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E PROLONGAMENTO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ, INCLUINDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., conforme Concorrência Eletrônica nº 14/2024 PMN, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Preço unit. Máx.	Preço total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA E AMBIENTAL DA EXECUÇÃO DA OBRA DE ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL E PROLONGAMENTO DO MOLHE DA PRAIA DO GRAVATÁ , INCLUINDO A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS AMBIENTAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC	Serviço	1	R\$ 2.999.505,01	R\$ 2.999.505,01

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

1.4 O presente contrato, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Navegantes a contratar todos os serviços e/ou quantidades acima indicadas, podendo sofrer supressões ou aditivos, solicitados de acordo com as necessidades do Município, conforme consta no edital de Concorrência Eletrônica nº 14/2024 PMN.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



2.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Caso haja interesse de ambas as partes, o prazo de vigência poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS E PRAZO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O serviço, objeto deste instrumento, deverá ser concluído no prazo da Licitação correlata.

3.3. As execuções deverão ocorrer conforme cronograma estabelecido no pela Secretaria de Obras e conforme normas técnicas vigentes para esse tipo de serviço, incluindo também a utilização de EPI's e EPC's, quando necessários.

3.4. O início da execução deverá ocorrer a partir da emissão da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1.1 Em caso de necessidade de mais equipes, desde que caracterizada a urgência e emergência, e observadas todas as exigências previstas abaixo, sem prejuízo das responsabilidades legais e contratuais da CONTRATADA, a quem caberá transmitir à subcontratada todos os elementos necessários à perfeita execução dos serviços nos termos contratuais, bem como fiscalizar a sua execução.

4.2.1.2 É permitida a subcontratação de equipamentos e maquinários por ventura necessários para a adequada execução dos serviços, neste caso o equipamento ou maquinário deverá ser de titularidade da subcontratada.





4.2.1.3 A autorização de qualquer subcontratação estará condicionada ao exame e à aprovação expressa pela CONTRATANTE, em relação à documentação exigida no item 4.2.1.11.

4.2.1.4 Caso seja autorizada a subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, antes do início das atividades das subcontratada, o contrato firmado entre as partes e a documentação referente às condições de habilitação da subcontratada, as quais estão previstas no item 4.2.1.11.

4.2.1.5 Qualquer atraso ocorrido em relação aos serviços, decorrente da apresentação fora do prazo ou de forma incorreta que acarretem prejuízos ao prazo de conclusão dos serviços, será de responsabilidade da CONTRATADA, sob pena de ser aplicável a penalidade cabível, nos termos do contrato.

4.2.1.6 Durante o período de subcontratação, a subcontratada deverá manter vigente as condições iniciais de regularidade fiscal, previdenciária e técnica.

4.2.1.7 A substituição pela subcontratada, já anteriormente aprovada e autorizada, dependerá de prévia anuência escrita da CONTRATANTE, devendo a empresa substituta apresentar a mesma condição técnica e legal estabelecida anteriormente.

4.2.1.8 A CONTRATADA deverá incluir no contrato que vier a celebrar para eventual subcontratação, dispositivo que permita à Administração exercer amplo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual, bem como cláusula que vede à subcontratada repassar o objeto subcontratado a outra empresa.

4.2.1.9 Caso os serviços subcontratados não satisfaçam e atendam as especificações estipuladas, serão impugnados pela CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA e à empresa subcontratada todo o ônus decorrente de sua reexecução.

4.2.1.10 Os serviços a cargo de diferentes empresas subcontratadas serão coordenados pela CONTRATADA, de modo a proporcionar o andamento harmonioso do objeto do contrato, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais.





4.2.1.11 Cabe a CONTRATADA apresentar os seguintes documentos pertencentes à subcontratada:

- a) Contrato firmado entre a empresa contratada e subcontratada;
- b) Cópia do contrato social da empresa subcontratada;
- c) Comprovação de que os funcionários da subcontratada integram o quadro de funcionários, que deverá ser feito mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato Social;
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou da cédula de identidade, quando pessoa física;
- e) Certidão negativa de débitos federais
- f) Certidão negativa de débitos estaduais da sede da empresa;
- g) Certidão negativa de débitos municipais da sede da empresa;
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme Lei 12.440/2011;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS;

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 2.999.505,01

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (TRINTA) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada por servidor ou comissão designado para o acompanhamento e fiscalização do Contrato, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

6.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos:





a) apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto nacional do Seguro social – INSS, FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

b) apresentar relatório de fiscalização das etapas executadas da obra licitada no CR n. 13/2024 – PMN.

6.2 Os Pagamentos poderão ser sustados nos seguintes casos:

6.2.1 Paralisação dos serviços por parte da CONTRATADA, até seu reinício;

6.2.2 Execução defeituosa dos serviços, até que sejam refeitos ou reparados;

6.2.3 Existência de qualquer débito com o Município de Navegantes/SC, até que seja quitado. O Município de Navegantes/SC poderá a seu critério optar por descontar tal débito de eventuais créditos da CONTRATADA, pagando-lhe o saldo restante;

6.3 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

6.3.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro da CR n. 13/2024 - PMN, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através relatórios de fiscalização;

6.3.1.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico Financeiro da CR n. 13/2024 - PMN, estiverem executados em sua totalidade;

6.3.1.2 Juntamente com a primeira medição dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto a Previdência Social;

6.4. No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a CONTRATADA regularizar o cronograma na etapa subsequente;

6.5 A medição será realizada em conjunto com a empresa vencedora da licitação CR n. 13/2024 - PMN referente ao apontamento e medição realizados pela supervisão técnica e ambiental, com os devidos equipamentos necessários.





6.5.1.A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;

6.6.2 Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada;

6.7 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor ou comissão competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA;

6.8 NÃO HAVERÁ, SOB HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, salvo para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, observado o artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei n.º 14.133/2021.

7.2 Após o interregno de um ano, e havendo pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 O reajuste não será concedido se o prazo de 12 (doze) meses decorrer em razão do atraso na realização do serviço por culpa do Contratado.

7.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão)





adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9 O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, de forma que poderá ser realizado no mesmo termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;





8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

8.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.19 Fiscalizar a execução do serviço e analisar o relatório de fiscalização entregue pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos,

assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não





reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.





9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.22. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.23. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.24. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.25. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no





prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.28. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.30. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.31. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.33. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.34. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais,





serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.35. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.36 A CONTRATADA providenciará livro para Diário da Obra com páginas tipograficamente numeradas, no qual se fará a anotação de todos os fatos que ocorrem na obra. Nele serão feitos apontamentos diários onde constarão, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número de operários em atividade;
- b) Etapa do serviço em andamento;
- c) Informações quanto ao tempo de execução das obras a partir do início dos serviços;
- d) Condições meteorológicas no dia;
- e) Assuntos de interesse geral da obra;
- f) Comunicações e ordens da fiscalização;
- g) Anexo com o relatório de fotos.

9.37 O diário deverá ser rubricado diariamente pela fiscalização e pelo representante legal da CONTRATADA, e será utilizado como referência para sanar dúvidas que porventura venham a surgir quanto ao desempenho dos serviços.

9.38 A CONTRATADA poderá utilizar modelo de Diário de Obra fornecido pela Prefeitura Municipal de Navegantes.

9.39 A obra deverá ser devidamente sinalizada com placas de advertência, cones de sinalização e cavaletes, de forma a evitar acidentes no decorrer de sua execução. Toda sinalização será de inteira responsabilidade da CONTRATADA independente de indicação expressa na planilha orçamentária.

9.40 O início das operações fica submetidas a emissão da Licença Ambiental de Instalação (LAI).





9.41. Cumprir com todas as demais obrigações contidas no termo de referência e estudo técnico preliminar.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS GARANTIAS (art. 92)

11.1. A presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.2. Na garantia contratual será exigido correspondente a **5% (cinco por cento) do valor do contrato**, conforme previsão no art. 96, § 1º da Lei Nº. 14.133/2021 e especificações no Termo de Referência.

11.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor mencionado no item 1.1 do Termo de Referência, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

11.4. Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia, pelo fiador, dos benefícios previstos nos artigos. 827 e 839 do Novo Código Civil.

11.5. Quando se tratar de Caução em dinheiro, o valor deverá ser recolhido e depositado em conta específica aberta em nome da Prefeitura Municipal de Navegantes, informada no edital.

11.6. Haverá garantia quinquenal desta obra de engenharia, pois se trata de construção considerável (Lei Federal nº 10.406/2002, artigo 618).





CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- iv) **Multa**:
 - (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;





a. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento

eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também





sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Será aplicada a Lei Municipal nº 3.532/2021, que dispõe sobre o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.





13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado o termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)





14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:

Órgão/Unidade	02/016
Dotação	142
Fonte de recurso	5000
Projeto Atividade	2032
Elemento de despesa	3390.5199

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal nº 361/2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e até o limite de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo quando se tratar de reforma de edifício ou de equipamento. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E por estarem às partes, **MUNICÍPIO** e **CONTRATADA**, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Navegantes/SC _____ de _____ 2024.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
Prefeito Municipal de Navegantes

ROBERTO M. FERREIRA
Secretário Municipal de Obras


CONTRATADO:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX
Neste ato representado por
Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXX.XXX.XXX-XX





ANEXO XI

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

 DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Navegantes Secretaria: Diretoria:			PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS					
Descrição dos Serviços:			Edital:		Nº Folha:			
			Objeto:		Unidade de Medida:			
			Item:	01				
A	EQUIPAMENTOS	Quantid.	UTILIZAÇÃO		CUSTO OPERACIONAL		CUSTO HORÁRIO	
			Produtiva	Improd.	Produtiva	Improd.		
1			0	0	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
2					R\$ -	R\$ -	R\$ -	
3					R\$ -	R\$ -	R\$ -	
4					R\$ -	R\$ -	R\$ -	
5					R\$ -	R\$ -	R\$ -	
6					R\$ -	R\$ -	R\$ -	
7					R\$ -	R\$ -	R\$ -	
					TOTAL (A)		R\$ -	
B	MÃO DE OBRA	Quantid.			SALÁRIO HORA	CUSTO HORÁRIO		
1					R\$ -	R\$ -		
2					R\$ -	R\$ -		
3					R\$ -	R\$ -		
4					R\$ -	R\$ -		
5					R\$ -	R\$ -		
					TOTAL (B)		R\$ -	
C	MATERIAIS	UNID	CONSUMO	CUSTO		CUSTO UNITÁRIO		
1		UNID	0	R\$ -		R\$ -		
2				R\$ -		R\$ -		
3				R\$ -		R\$ -		
4				R\$ -		R\$ -		
5				R\$ -		R\$ -		
6				R\$ -		R\$ -		
7				R\$ -		R\$ -		
					TOTAL (C)		R\$ -	
D	SERVIÇOS AUXILIARES	UNID	CONSUMO	CUSTO		CUSTO UNITÁRIO		
1		UNID	0	R\$ -		R\$ -		
2				R\$ -		R\$ -		
3				R\$ -		R\$ -		
4				R\$ -		R\$ -		
					TOTAL (D)		R\$ -	
E	TRANSPORTE	DMT - km	Unid.	Consumo	CUSTO		CUSTO UNITÁRIO	
1			km	0	R\$ -		R\$ -	
2					R\$ -		R\$ -	
3					R\$ -		R\$ -	
4					R\$ -		R\$ -	
					TOTAL (E)		R\$ -	
CUSTO DIRETO TOTAL [(A + B + C + D + E)]						R\$ -		
BONIFICAÇÃO POR DESPESAS INDIRETAS						0,00% R\$ -		
PREÇO UNITÁRIO						R\$ -		
PREÇO UNITÁRIO ADOTADO						R\$ -		



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: MUNCA-2KLAB-AWULX-8XHRQ

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Roberto Melentino Ferreira (CPF ***.518.419-**) em 02/04/2024 07:02 -
Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
201.55.107.183	Lat: -26,897773 Long: -48,646724
	Precisão: 20 (metros)
Autenticação obras.secretaria@navegantes.sc.gov.br	
Email verificado	
Vt5jxklJb8/0adAnMuPwfRjbpxo4gYDPtGOlpFITki4=	
SHA-256	

- ✓ Roberto Melentino Ferreira (CPF ***.518.419-**) em 02/04/2024 07:02 -
Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
201.55.107.183	Lat: -26,897773 Long: -48,646724
	Precisão: 20 (metros)
Autenticação obras.secretaria@navegantes.sc.gov.br	
Email verificado	
IELCpfnMzKiVOznglL/FdwwDa+HknewSGcTby2X/7zY=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.silosign.com.br/validate/MUNCA-2KLAB-AWULX-8XHRQ>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.silosign.com.br/validate>